

A Leitora Voraz: loucura e práticas de leitura na trajetória de uma livreira belga em Porto Alegre, no século XIX

Cássia Daiane Macedo da Silveira*

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

Recebido em: 07 jul. 2025

Aprovado em: 04 nov. 2025


Publicado em: 30 abr. 2026

Resumo

Leopoldina Marcus, conhecida como Madame Marcus, foi uma cidadã belga que imigrou para o Brasil em meados do século XIX. Em certo momento de sua trajetória, estabeleceu-se na cidade de Porto Alegre, onde abriu uma pequena livraria. Por meio de alguns rastros dispersos que pude encontrar de sua trajetória, procuro discorrer não sobre a Madame Marcus livreira, mas sim sobre a Madame Marcus leitora. Este artigo, elaborado sobretudo a partir de registros encontrados em jornais da época e uma breve crônica sobre a vida da livreira, foi escrito a partir de questionamentos sobre o que a leitura poderia possibilitar às mulheres no século XIX em termos de imaginação sobre suas próprias vidas e sobre seus horizontes de atuação, bem como o quanto a leitura podia agregar em termos de exploração da existência ou recusa da própria identidade. Sem oferecer respostas conclusivas, minha intenção foi provocar a reflexão sobre o campo de possibilidades aberto às mulheres quando se envolviam em atividades tão individuais quanto a leitura de romances.

Palavras-chave: História da Leitura. Identidade. História das Mulheres.

* Professora Adjunta na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História. Doutora em História Social pela Universidade Estadual de Campinas; Mestre e graduada em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: cassia.silveira@ufrgs.br

 <https://orcid.org/0000-0002-3390-6015>

 <http://lattes.cnpq.br/2564762471005836>

The Avid Reader: Madness and reading practices in the life history of a Belgian bookseller in 19th century Porto Alegre

Cássia Daiane Macedo da Silveira* Federal University of Rio Grande do Sul
Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brazil

Received: 07th July 2025

Approved: 04th Nov. 2025


Published: 30th Apr. 2026

Abstract

Leopoldina Marcus, best-known as Madame Marcus, was a Belgian citizen who migrated to Brazil in the mid-19th century. At a certain time in her life, she settled in the city of Porto Alegre, where she opened a small bookshop. From some traces of her life, Madame Marcus is discussed not as a bookseller, but as a reader. Drawing upon registers found in newspapers from her time and a brief chronicle about her life, this article is based upon a question – what could reading enable 19th century women in terms of imagination concerning their own lives and horizons of action? What could it offer in terms of exploration of existence or refusal of one's own identity? Without providing definitive answers, my intention is to once again encourage reflection about the field of possibilities that was open to women when involved in activities as individual as the reading of novels.

Keywords: History of Reading. Identity. History of Women.

* Adjunct Professor at the Federal University of Rio Grande do Sul, Institute of Philosophy and Human Sciences, Department of History. PhD in Social History from the State University of Campinas; MA and BA in History from the Federal University of Rio Grande do Sul. Email: cassia.silveira@ufrgs.br

 <https://orcid.org/0000-0002-3390-6015>

 <http://lattes.cnpq.br/2564762471005836>

A primeira vez que me deparei com o Bazar Francês de Madame Marcus foi durante a realização do meu mestrado, que pretendia analisar o Parthenon Literário, uma associação de letrados surgida em Porto Alegre no ano de 1868. Foi Achylles Porto Alegre, um dos membros daquela sociedade, e também prolífico cronista da cidade, quem mencionou a pequena livraria, também conhecida por bazar, no seu *Jardim de Saudades*: “Eu era seu vizinho, e, amante dos livros, muitas vezes visitei a sua livraria, que, valha a verdade, não passava de um modesto ‘sebo’. Às vezes, porém, no montão daquelas velharias românticas, eu encontrava mais de uma excelente obra – como pérolas na lama” (1921, p. 92).

A história de Leopoldina Dupont Marcus, cidadã belga que veio para o Brasil bastante jovem, será tomada aqui como um “gancho”, como a possibilidade de experimentar outras reflexões a partir dos restos que o seu passado nos deixou. Sua história pode ser parcialmente reconstituída por meio de alguns escassos vestígios perdidos em jornais, registros civis e paroquiais e na breve crônica deixada por Achylles Porto Alegre. Ela nasceu em meados da década de 1830, em Tournay, na Bélgica (Livro, 1880, p. 71v), provavelmente se casou aos 15 anos de idade com um homem de 25, chamado Jacques Marcus. Em seguida, Jacques escolheu a imigração, chegando a um porto incerto no ano de 1855. Leopoldina teria deixado a Europa com ele entre os 17 e os 20 anos.¹ Pouco depois disso, já pode ser vista com uma criança, em viagem entre Rio Grande e o Rio de Janeiro (Registro, 1856, p. 5). Nos dez anos seguintes, o casal é encontrado em alguns registros de passageiros, em portos brasileiros e estrangeiros, até o falecimento de Jacques em janeiro de 1866.² O primeiro registro que encontrei da livraria data de 1870, quando era denominada “Bazar Francês”, vendendo, junto aos livros, também fósforos de cera e bijuterias (Anuncios, 1870). A partir de 1873, a Madame Marcus se vê implicada em uma série de incidentes que a posicionam entre o alcoolismo e a “alienação

-
- 1 Essas informações não puderam ser confirmadas plenamente. Sabe-se que a livreira que viveu em Porto Alegre era viúva de Jacques Marcus pelo registro do seu segundo casamento, já na Igreja Madre de Deus de Porto Alegre. O mesmo registro informa sua idade e a cidade de seu nascimento: nascera em Tournay e em 1880, tinha 43 anos (Livro, 1880, p. 71v). Encontrei o registro de casamento de uma Léopoldine Dupont com um Jacques Marcus, no ano de 1852, em Paris. De acordo com esse documento, Léopoldine seria filha de François Dupont e de sua esposa, Amélie Dussez (Acte, 1852). Além disso, há um registro de imigração de um Jacques Marcus, que teria chegado em porto incerto no ano de 1855 com a idade de 28 anos. No mesmo ano de 1855, uma Leopoldina Marcus, que teria informado a idade de 20 anos, igualmente chegava em um porto incerto (Filby; Mmeyer, 1990, p. 1472).
 - 2 Essa informação também é controversa. Localizei o falecimento, por gastroenterocolite, de um Jacques Marcus, belga, de 40 anos, que foi sepultado em cemitério público na cidade do Rio de Janeiro (Obituário, 1866, p. 3). Entre meados dos anos 1850 e meados dos anos 1860, o casal circula entre os portos de Rio Grande, Rio de Janeiro e diversas localidades da Europa, sugerindo que seria possível que Jacques tivesse falecido na Corte. A idade de falecimento informada pelo jornal coincide com os demais registros do possível marido de Léopoldine.

mental”,³ despejando para fora de casa a própria filha. Assim mesmo, a livraria é encontrada nos jornais até, pelo menos, 1877, quando se localizava na rua dos Andradas, junto à drogaria inglesa (Harmonias, 1877, p. 3). Em 1880, Leopoldina se casa outra vez, com um cidadão belga treze anos mais jovem do que ela (Livro, 1880). Quatro anos depois, é recolhida à prisão por sofrer de “alienação mental” (Secretaria, 1884, p. 2). Ela já tinha cerca de 47 anos. A partir de 1882, passou a responder processos de despejo por não pagar o aluguel dos locais onde mantinha a livraria e onde habitava (Apers, 1878; 1882; 1886).⁴ Finalmente, em 1886 acabou internada no Hospício São Pedro como alienada, onde veio a falecer no início do outono de 1890 (Secretaria, 1886, p. 2; Madame, 1890, p. 2). Se esses restos aos quais hoje se resumem a trajetória da livreira podem nos dizer algo sobre o passado, talvez esse algo passe pelos processos pelos quais as mulheres eram interditadas por meio dos recém gestados discursos médicos e psiquiátricos, ou nos permita interrogar sobre os ideais de maternidade e feminilidade exigidos pela experiência oitocentista. De fato, são caminhos profícuos, mas quero aqui fazer a tentativa de pensar esses restos como ponto de partida para uma reflexão sobre a leitura de romances, prática recorrente de Marcus, como possibilidade de vivenciar uma experiência de ficção capaz de garantir certo grau de autonomia frente às exigências de seu tempo.

Embora meu interesse inicial por essa cidadã belga tenha sido motivado pela possibilidade de compreensão do funcionamento do comércio de livros no Brasil oitocentista, o curso da pesquisa criou novas motivações. Acontece que a pequena livraria “que, valha a verdade, não passava de um modesto sebo”, tinha a curiosa característica de ser um local onde as pessoas mais apareciam para vender livros do que para comprá-los (Porto Alegre, 1921, p. 92). Os episódios que levaram sua dona a ser internada no Hospital Psiquiátrico São Pedro tinham a sua singularidade, mas o historiador, ao inserir os indivíduos em processos históricos mais amplos, acaba por “normalizá-los”, no sentido de dar a eles um significado que pudesse ser compartilhado no seu próprio tempo. Ora, o significado dos gestos empreendidos pela livreira a partir da década de 1870 deu a ela, na sua época, o estatuto de alienada, portanto, de alguém que não era compreendida como partilhando dos regramentos sociais mais básicos exigidos na sua época. Para Achylles Porto Alegre, como se verá, a “alienação mental”, naquele caso, podia ser atribuída à relação que a livreira tinha com suas leituras. Como “normalizar” essa sorte de discurso?

3 A expressão “alienação mental”, utilizada nas fontes primárias consultadas, representa as características do diagnóstico da época e, por óbvio, não condiz com a opinião da pesquisadora sobre a livreira. Optei pela manutenção dessa expressão, contudo, com o intuito de preservar um aspecto importante para esta análise: os descritores do contexto de Marcus, que a confinaram em certos registros discursivos, os quais são também parte dos mecanismos de controle mantidos por aquela sociedade. A tensão entre tal controle e o exercício da própria liberdade é aspecto central para esta análise.

4 Agradeço a Rodrigo de Azevedo Weimer pela indicação das fontes, oriundas de sua própria pesquisa. O autor chegou a mencionar os processos de despejo sofridos por Madame Marcus em um de seus trabalhos (Weimer, 2022).

Reencontrar a pequena crônica escrita por Achylles Porto Alegre me permitiu formular outras maneiras de entender alguns elementos de sua história. Não procurei saber, nos prontuários do Hospital São Pedro, o diagnóstico recebido por Leopoldina, que a manteve internada até o fim dos seus dias. Algumas das hipóteses lançadas sobre a vida da livreira belga nunca poderão ser confirmadas, mas constituem um esforço por dar às pessoas do passado outras possibilidades para além daquelas oferecidas pelos discursos que as confinavam.

David Le Breton (2018) usa a metáfora do “desaparecimento de si” para se referir às situações nas quais indivíduos, cansados de preservar a sua identidade, deixam-se romper pelas bordas de si mesmos, desaparecendo. O autor trata de casos como os do Alzheimer, do uso de substâncias psicoativas, da anorexia e de outras práticas, não como doenças, mas como possibilidades de deixar de ser aquilo que se é, de responder por uma unidade.⁵ Apesar de as situações trazidas pelo autor se configurarem em um cenário contemporâneo, como perspectivas trazidas pelas normatizações identitárias do atual contexto do capitalismo, me permito aqui levar sua ideia de desaparecimento de si para o século XIX, como ponto de partida de uma reflexão que tem a tentativa de possibilitar outras leituras que possam dar inteligibilidade aos fios da vida da Madame Marcus. Meu interesse deixou de ser exclusivamente na Madame Marcus livreira, comerciante, e passou a ser também a Madame Marcus leitora, entendendo a leitura de romances como mais uma possibilidade de desaparecimento de si, ou de reinvenção de si – uma possibilidade, enfim, de mergulhar em um espaço de ficção que pode levar a múltiplos ajustes na identidade e na compreensão do sujeito sobre si mesmo e sobre o mundo ao seu redor, de modo a poder ser compreendida como uma patologia em determinados contextos. Uma prática complexa, absurda e inútil, que não precisa ter nenhum fim que não seja a própria prática, e dela não se precisa extrair nenhuma consequência utilitária, econômica, escolar ou religiosa. Uma prática que talvez se assemelhe a um jogo e, como o jogo, também é inútil, um “inútil essencial”, como definiu Michèle Petit, pois também “somos seres de desejo, não apenas de necessidades” (2024, p. 12).

Nesse sentido, esse artigo se inscreve numa certa tradição de pesquisas sobre história da leitura, nas quais a prática pode ser pensada por seus gestos, preservando ao leitor ou à leitora seu direito a uma leitura ativa, que possibilita apropriações criativas e únicas, e sobretudo leituras que não necessariamente respondem às necessidades de cada época. Uma forma possível de abandonar as exigências da comunicação, como o próprio David Le Breton sugeriu (2018, p. 13), mas uma forma, antes de mais nada, de preservar a autonomia sobre os desígnios do seu tempo.

5 O autor se preocupa, porém, em resguardar as demências provocadas por alguma lesão orgânica fora dessa hipótese de desaparecimento de si – ou seja, o desaparecimento implica em certo grau de escolha.

I.

Achylles Porto Alegre contou que a livraria ficava no pavimento térreo da rua de Bragança, justo na esquina com a da Alegria. Hoje essas ruas já têm outros nomes, mais significativos para a República: rua Marechal Floriano Peixoto, na esquina com a General Vitorino. Naquela época decerto era possível ver as águas do Guaíba de bastante perto, pois os aterros, também implementos republicanos, ainda não existiam. Em 1921, quando Achylles decidiu contar a história de Leopoldina, no mesmo lugar da sua antiga livraria figurava uma loja de calçados chamada Rio Branco. Diz o cronista que a comerciante dizia ter sido casada com um oficial da marinha mercante francesa e que os dois haviam sofrido um naufrágio no qual o marido faleceu. O navio havia saído de Dakar e tinha como destino a cidade de Buenos Aires. Ela, por sorte, tinha sido resgatada do oceano Atlântico por um capitão inglês, e assim sobreviveu. O tal capitão seria outro passageiro do navio naufragado e não fica claro como o resgate teria sido possível, tampouco onde, exatamente, o suposto naufrágio ocorreu (Porto Alegre, 1921, p. 91).

Esperar por detalhes sobre como e onde as coisas aconteceram podem ser vícios profissionais de historiadoras e historiadores, irrelevantes para a contadora de histórias Leopoldina Marcus, mas chama a atenção que esse caso, que Achylles afirma ter ouvido “mais de uma vez de seus lábios”, omite informações essenciais acerca de um evento traumático em que ela teria perdido tragicamente o próprio marido. Pode ser que a omissão venha não dela, mas de Achylles, em cujo testemunho podemos supor inúmeros vieses. De qualquer forma, acredito no potencial das histórias, inventadas ou não, que se fixam sobre certos indivíduos.

Na época em que Achylles Porto Alegre a conheceu, Madame Marcus se parecia com a escritora francesa George Sand, ou essa foi a referência encontrada por ele para oferecer uma descrição física da dona do bazar que frequentava (Porto Alegre, 1921, p. 91). Não deixa de ser curioso, porém, que Sand tenha sido também uma mulher pouco usual, constrangida a utilizar um pseudônimo masculino para se expressar por meio da literatura. Ele diz que seu estabelecimento era muito visitado por estudantes, “que iam lá mais para vender que para comprar livros”, e que Leopoldina parecia preferir que assim fosse. Nesse ponto, vale ponderar sobre a livraria que comprava mais livros do que vendia – segundo o testemunho de Achylles Porto Alegre –, um local formado por um “salão sombrio e poeirento”, no qual também se encontravam à venda outros gêneros, como fósforos de cera e bijuterias. Essa livraria, “que não passava de um modesto ‘sebo’”, portanto um local para venda preferencial de livros usados, tinha o salão sombrio formado por uma “lama” de “velharias românticas” em meio às quais se podia, ocasionalmente, localizar “mais de uma excelente obra” – as “pérolas” (Porto Alegre, 1921, p. 92). Se aqui prefiro trabalhar com os restos do passado, também considero importante refletir sobre o estatuto dos livros usados como “restos”, mas compreendidos não como lixo, sendo possível o seu reaproveitamento, por meio do encontro com outros leitores. As velharias românticas criticadas por Achylles em 1921, em outros tempos guardavam as aventuras preferenciais no gosto dos leitores. Além disso, também pode ser que seu

juízo quanto à literatura escolhida por Madame Marcus expresse um posicionamento frente aos romances-folhetim que encontravam nas mulheres suas leitoras mais costumeiras.

Seja como for, pensar nesse espaço sombrio e poeirento cheio de romances usados, expressa a circulação das obras já lidas, talvez como um setor relevante no comércio livreiro do período, ao menos na cidade de Porto Alegre. Naquele tempo, a Biblioteca Pública estava ainda em gestação, e seu acervo, aberto ao público somente em janeiro de 1877, guardaria obras destinadas às elites intelectuais, aos bacharéis e estudantes que desejassem ter acesso às mais importantes obras estrangeiras de medicina e de direito. O acervo de obras literárias, contudo, rapidamente tornou-se o mais procurado. Entre a segunda metade da década de 1860 e a primeira da década de 1870, surgiram alguns gabinetes de leitura nos quais se podia retirar livros mediante o pagamento de uma mensalidade. Os acervos abrangiam obras literárias e científicas, mas, pelo menos inicialmente, concentravam-se no atendimento às comunidades de imigrantes alemães, priorizando impressos nesse idioma (Torresini, 2010; Grützmann, 2015). Na época em que o Bazar Francês funcionava, existiam relativamente poucos outros espaços para circulação de impressos na cidade, excetuando-se as próprias tipografias. Pensando nesses termos, não podemos subestimar o potencial de releitura das obras que eram transmitidas de leitor para leitor. Cabe também pensar sobre os idiomas nos quais essas obras circulavam – embora não tenhamos informações concretas, é de se supor que o Bazar Francês da livraria belga vendesse “velharias românticas” no idioma da sua maior leitora: a própria Leopoldina Marcus.

Se “velharias românticas” ou não, conta Achylles Porto Alegre que Leopoldina “passava os dias e parte das noites lendo, sentada a um canto da loja”. Ela “devorava com sofreguidão todos os romances-folhetins que inçavam a literatura francesa de antanho” e, segundo o cronista porto-alegrense, “o velho Dumas e Ponson du Terrail eram os seus autores do peito, sem deixar de ler todos os demais romancistas que tocavam no mesmo pito” (Porto Alegre, 1921, p. 92). Essa imagem de leitora sôfrega, devoradora de livros, era bastante comum no contexto oitocentista, e ela frequentemente impunha certo controle sobre a leitura, sobretudo feminina, que poderia ser negativamente influenciada pelas chamadas “más leituras”. Em parte, o temor relacionado ao que se lia dirigia-se àqueles leitores que eram considerados mais suscetíveis perante o poder do texto escrito: por isso estabelecia-se mais rigorosamente o temor perante as leituras populares e as leituras realizadas por mulheres. Não deixa de estar ligado, assim, ao aumento do número de leitores, à difusão dos romances populares. Para Jean-Yves Mollier (2008, p. 98-99), esse seria um “espectro” que assombrava a Europa no oitocentos, um espectro “revelador do temor ao livro que irrompe periodicamente, mas não de maneira uniforme”.

Estudando o contexto argentino no oitocentos, Graciela Batticuore também menciona as “prescrições moralistas de seu século, que alertam sobre cuidados e precauções para com

as leitoras: cuidado com os livros que chegam às suas mãos, especial cuidado com o romance” (2019, p. 25).⁶ Esses alertas circulavam nos periódicos argentinos daquele período, que precavam “que as damas se cuidassem da influência dos romances e que realizassem tão somente *leitoras úteis*, nos tempos em que lhes deixassem livres as tarefas domésticas”. Nesse sentido, Batticuore argumenta que, para as mulheres, recomendava-se “um *uso moderado* da leitura” (2019, p. 35).⁷

A leitura, assim, podia ser prescrita na linha tênue que separa o remédio do veneno: remédio capaz de trazer as luzes do progresso, por meio daquelas leituras aptas a educar, convenientes ao que se considerava moralmente aceitável e, ao mesmo tempo, instrutivas. Porém, como contraface, as más leituras também seriam equivalentes a um veneno, capaz de corromper os leitores suscetíveis a enredos que deixavam escapar concepções de decência fora dos padrões admitidos pela sociedade burguesa da época. Os rastros deixados por essa concepção permeiam escritos críticos, esboços biográficos (tanto de leitores quanto de leitoras), e mesmo algumas pinturas, fazendo correr na imprensa imagens de mulheres avaliadas como boas leitoras. Em relação à Argentina, Batticuore menciona, nesse sentido, o caso da escritora Juana Manuela Gorriti, que figura em um retrato de 1855 como “uma leitora discreta, severa e composta”, muito embora as heroínas de suas narrativas compusessem um perfil muito distinto: elas em geral atravessam “experiências emocionais intensas, paixões irreprimíveis, provam amores proibidos que as condenam a vivências melodramáticas com finais trágicos (no geral, a morte ou a loucura)” (2019, p. 142-143).⁸

Portanto, a imagem da mulher que adoece, enlouquece ou tem sua moral corrompida diante da leitura de romances igualmente podia aparecer nos próprios romances. *Juca, o letrado*, de Zeferino Brazil, publicado em 1900, em Porto Alegre, apresenta as preocupações do aspirante a escritor Juca com relação às leituras femininas, indicando uma série de obras que não podiam estar ao alcance da personagem Etelvina, filha adotiva de sua tia.⁹ Na vida

6 Tradução nossa. No original “*prescripciones moralistas de su siglo, que alertan sobre cuidados y precauciones para con las lectoras: cuidado con los libros que llegan a sus manos, especial cuidado con la novela*”.

7 Tradução nossa. No original: “*que las damas se cuidaran de la influencia de las novelas y que realizaran tan solo lecturas útiles, en los tiempos que les dejaran ‘libres’ las tareas domésticas; ‘un uso moderado de la lectura’*”. (Grifos no original).

8 Tradução nossa. No original: “*una lectora discreta, severa y compuesta; ‘experiencias emocionales intensas, pasiones incontenibles, prueban amores prohibidos que las condenan a vivencias melodramáticas con finales trágicos (por lo general, la muerte o la locura)’*”.

9 Analisei, ainda que com outros propósitos, esse mesmo livro em outro momento (Silveira, 2020). O livro de Brazil foi reeditado nos anos 1970 (Brazil, 1975).

real, Madame Marcus foi uma dessas mulheres vista como alguém que acabou por perder o juízo se deixando levar pelas fantasias sem limites dos livros que lia.

Diversos trabalhos procuraram dar conta das chamadas “patologias literárias”, aquelas que acometiam leitores e leitoras, entre o final do século XVIII e meados do XIX (Darnton, 1986; Calabrese, 2009). Stefano Calabrese argumenta que até o oitocentos a classificação dos livros proibidos não se dava por

critérios temáticos (afirmações heréticas, descrições pornográficas, axiomas políticos revolucionários), mas epistemológicos: ‘proibidas’ são as leituras que alteram o equilíbrio natural entre invenção e realidade, até o caso limite de uma confusão quiasmática, quando, sob tutela da distância ficcional, a biografia dos leitores, vítimas consencientes de suas ilusões, é escrita em registro de romance. (Calabrese, 2009, p. 700).

Seria o componente de invenção aquele capaz de alterar o estado de suposta normalidade psicológica: as leituras que alterassem esse “equilíbrio natural” poderiam, portanto, ser proibidas – e, por conseguinte, tornar-se “más leituras”. Ainda de acordo com Calabrese, passavam por esse componente de alteração do equilíbrio entre invenção e realidade as objeções que cresciam contra o romance enquanto ele se constituía como gênero: elas seriam “baseadas em sua extraordinária natureza *worldmaking*: toda a história do romance moderno traz inscrita no próprio código do gênero o desejo de fingir uma realidade que, por meio de estratégias semióticas adequadas, deve parecer absolutamente coeva ao ato de leitura” (2009, p. 700).

Talvez a história, contada por Achylles Porto Alegre, que por sua vez lhe teria sido contada pela própria Madame Marcus, sobre o dia em que naufragou no Oceano Atlântico e foi resgatada por um oficial inglês, enquanto seu marido morria afogado, fosse uma dessas histórias que ajudaram a sustentar as desconfianças contra o romance, ao menos contra certo tipo de romance fortemente carregado de peripécias imaginativas. Mais adiante, veremos como Porto Alegre associa as leituras realizadas por Marcus e as histórias por ela contadas, ricas em imaginação e pouco críveis, até o ponto de tais leituras serem associadas à perda completa de sua sanidade mental. Os chamados romances-folhetins, esses romances repletos de peripécias e com enredos às vezes mirabolantes,¹⁰ constituíam um gênero de leitura barata e conseqüentemente favoreciam à circulação em grande escala, inclusive no Brasil, aonde chegavam após transitar por rotas transatlânticas de impressos, que muitas vezes ligavam a

10 Segundo Marlyse Meyer (1996, p. 157), “Os grandes gêneros populares do século XIX engendraram todo um campo semântico intercambiável e de carga altamente pejorativa. Melodrama, melodramático, folhetim, folhetinesco conotando previsíveis e redundantes narrativas, sentimentalismo, pieguice, lágrimas, emoções baratas, suspense, reviravoltas, linguagem retórica e chapada, personagens e situações estereotipadas etc”.

França diretamente ao Brasil (Meyer, 1996; Mollier, 2008; Augusti, 2016; Mendes, 2016). Madame Marcus parece ter feito, pelo que sugere Achylles, uma leitura extensiva dos romances que gostava de ler (não precisamos manter a distinção entre leitura intensiva e leitura extensiva em termos de épocas, de séculos em que predominantemente se lia de um jeito ou de outro, mas podemos compreender que, no convívio de várias práticas de leitura existentes no oitocentos no Brasil, Madame Marcus realizava uma leitura extensiva). Ao mesmo tempo, também poderíamos nos perguntar sobre o nível de envolvimento emocional que mantinha com os textos e seus personagens, uma vez que Achylles também sugere, quando relata o caso do naufrágio, que ela inventava histórias para a própria vida. Tanto Stefano Calabrese (2009) quanto Robert Darnton (1986) lembram dos leitores que escreviam cartas aos escritores, alguns tratando os textos literários como verdade, outros tomando seus autores favoritos como amigos com quem podiam contar, outros ainda lhes narrando suas próprias vidas pois acreditavam que o testemunho sobre o que viveram era passível de se tornar conteúdo de romances – queriam compartilhar suas experiências, que elas fossem escritas, tornadas um romance.¹¹ Para Judith Lyon-Caen, a publicação de *Mystères de Paris*, de Eugene Sue, por exemplo, pareceria levar “a uma *desficcionalização* do romance”, uma vez que os folhetins do autor teriam sido “recebidos por uma parte do público, e dados a ler com tais, como um simples *romanceamento* das grandes questões sociais do momento – o papel e as formas da prisão, o acesso dos pobres ao crédito, a igualdade diante da justiça. Alguns leitores designam então, significativamente, os folhetins de Sue como ‘artigos’” (Lyon-Caen, 2016, p. 11. Grifos no original). A linha que separava o ficcional do real, em todos esses casos, seria bastante borrada, para aqueles leitores e leitoras. Seria essa atitude perante a leitura que Madame Marcus mantinha?

Aqui no Brasil, Maria Lúcia Dias Mendes (2016, p. 248) argumentou que o escritor francês Alexandre Dumas, um dos preferidos de Madame Marcus, segundo o relato de Achylles Porto Alegre, era mais do que um escritor conhecido no país, era também uma celebridade, um indivíduo ele próprio convertido em personagem, que provocava no público o desejo de conhecê-lo. A livreira belga talvez tenha sido uma das leitoras que o admirava como celebridade, que buscava saber da sua vida e a quem essa dimensão também alimentava o desejo pelas obras. Penso nela na pequena cidade de Porto Alegre, na segunda metade do século XIX, e me pergunto quais seriam os seus vínculos sociais após o falecimento do marido? Além da filha, que outros laços ou responsabilidades poderia ter? Também me questiono o quanto os romances-folhetins que “devorava” promoviam nela certo tipo de vínculo com tudo aquilo que abandonou, ou que tinha a fantasia de ter abandonado, ao deixar sua cidade tão jovem. Com o que poderia se entreter, no século XIX, uma mulher comerciante, dona do próprio negócio, sem família e com alguns bens? Qual seria o tipo de relação com a leitura

11 Judith Lyon-Caen (2020, p. 269) argumenta que nem sempre essas cartas podem ser consideradas “testemunhos sinceros de emoções experimentadas”, mas antes a difusão de uma “escrita emocionada” sobre a literatura.

possível, a pessoas como ela, num contexto em que a leitura constituía algo muito diferente do que representa para nós?

II.

Achylles Porto Alegre assim descreve a progressiva perda de juízo de Leopoldina Marcus:

Mais tarde, o seu espírito naufragou nas extensas viagens através do texto dos livros e madame Marcus encarnou-se nas baronesas, marquesas e duquesas dos romances que devorava.

Via-a no declínio da vida, andar pela praça da Alfândega, convidando os rapazes para as suas recepções de embaixada, ou para magníficos saraus de seus castelos.

E ora se dizia baronesa de Rupert, ora condessa de Main-Hardy, ora marquesa de Marfontaine.

E assim, arrastando a sua saia enxovalhada e os sapatos rotos, morreu feliz e – pertencendo à mais alta e antiga nobreza francesa (Porto Alegre, 1921, p. 94).

Segundo nos conta o cronista, o naufrágio efetivamente vivido pela livreira não teria ocorrido nas águas do Atlântico, mas sim pelos enredos dos livros que lia e, desse jeito, ela teria enlouquecido. As tramas dos romances, ricas em imaginação, e que são evocadas ao longo da pequena biografia como caras à vida cotidiana da Madame Marcus, parecem figurar como parte daquilo que a teria feito enveredar para fora da realidade – uma vez que “encarnou-se nas baronesas, marquesas e duquesas dos romances que devorava”.

Alguns episódios de seu enlouquecimento foram debatidos na imprensa da época. Em 1873, o jornal *O Constitucional* do dia 19 de janeiro discutia a legalidade da prisão de Madame Marcus, considerada arbitrária por outro periódico, *O Rio-Grandense*. Segundo o redator de *O Constitucional*, “Mme. Marcus, como é público e notório, há um mês pouco mais ou menos apresentava todos os sintomas de perturbação das faculdades intelectuais. Todos os dias, às portas da casa dessa viúva, se aglomerava o povo, para assistir a um espetáculo contristador e muitas vezes indecente” (Noticiário, 1873, p. 2). Embora não fiquem explícitos todos os atos praticados pela viúva que fizeram com que ela fosse classificada como louca, ao que parece, desde meados de dezembro do ano anterior, ela vinha adotando comportamentos que levaram, nesse primeiro momento, à sua prisão: em meio a atitudes entendidas como “indecentes”, ela teria expulsado sua filha de casa, além de ter também expulsado dois homens que teria trazido do Rio de Janeiro, lutando com os dois desconhecidos. Além das brigas, a comerciante teria mantido por muitas noites sua livraria, situada na rua dos Andradas,

uma das principais da cidade, abandonada, com as portas abertas, acessíveis a qualquer um que quisesse nela adentrar (Noticiário, 1873, p. 2). Segundo, ainda, o mesmo redator, circulava algum debate sobre a proveniência dos “excessos” de Madame Marcus: para alguns, seria resultado da loucura; para outros, do “uso imoderado de bebidas alcoólicas”. O redator se situava no primeiro grupo, que defendia que a livreira estaria ficando louca, segundo ele, “baseado em fortes razões” (Noticiário, 1873, p. 2), não informadas, contudo.

Após os “excessos” do mês de dezembro de 1872, no dia 16 de janeiro de 1873, Marcus teria provocado outro incidente envolvendo a filha, que se encontrava na casa de uma senhora, após tê-la expulsado da sua, “praticando toda a casta de excessos, compelindo à viva força sua mesma filha a acompanhá-la”, levando o terceiro substituto do delegado de polícia a tomar a decisão de contê-la, conduzindo-a ao quartel de polícia, onde passou a noite. No dia seguinte, a livreira foi conduzida à Santa Casa de Misericórdia (Noticiário, 1873, p. 2). Segundo os registros desta instituição, por sua vez, Leopoldina Marcus deixou o hospital em 23 de janeiro de 1873, sofrendo de *delirium tremens* (Arquivo, 1873, p. 1).¹²

Nenhum dos atos descritos, porém, poderia ser vagamente relacionado com as práticas de leitura da livreira. A bem da verdade, o ano em que Madame Marcus foi pela primeira vez recolhida ao quartel de polícia e à Santa Casa de Misericórdia marcava uma transformação nos modos pelos quais os alienados eram pensados na província do Rio Grande do Sul: em 1873, com a chegada de um novo provedor na Santa Casa de Misericórdia, o irmão José Antonio Coelho Junior, iniciava-se a passagem de uma “filantropia caritativa em filantropia higiênica”, marcada sobretudo pela crescente reivindicação pela construção de um asilo de alienados na província, retirando-os, os loucos, do espaço da Santa Casa, onde até então permaneciam (Wadi, 2002). Dois anos após a inauguração do Hospício São Pedro, em 1886, Madame Marcus tornou-se uma de suas internas. Embora os jornais não mais tenham dado informação sobre outros episódios semelhantes aos relatados no *O Constitucional* em 1873, há informações sobre novas prisões da livreira: em 28 de abril de 1884, o jornal *A Federação* noticiava que haviam sido recolhidos à prisão, entre outros indivíduos, “a madame Marcus, por sofrer de alienação mental” (Secretaria, 1884, p. 2). Por essa época, já corriam os processos de despejo contra ela:

A suplicada é uma mulher que não respeita os oficiais de justiça e nem as ordens que lhe são intimadas. Ainda ontem arrombou as portas da própria casa em que se tem de fazer a diligência para atribuir esse ato aos oficiais, e

12 O livro em que esse registro foi localizado encontra-se bastante extraviado, e perdeu a página que contém os nomes dos pacientes e o registro de entrada. Pelo cruzamento com os registros encontrados nos jornais, que informam que a livreira foi conduzida pela polícia para a Santa Casa no dia 17 de janeiro de 1873, pude concluir que a paciente sem nome, comerciante, viúva, que chegou remetida pela polícia e deixou a Santa Casa em 23 de janeiro provavelmente era Leopoldina Marcus.

anteontem andou pelas ruas desta capital a insultar uns e outros, como se estivesse possessa, ou embriagada, como costuma (Apers, 1882, p. 11).

Não me interessa compreender em detalhe os caminhos pelos quais as mulheres podiam ser conduzidas aos hospitais psiquiátricos no século XIX, embora estudos sobre outros países tenham demonstrado maior internação de pacientes do sexo feminino, associando esse dado a formas particulares pelas quais a doença mental seria entendida em mulheres naquele contexto – como se as mulheres fossem, em certo sentido, mais vulneráveis à “alienação mental”, em contraponto à racionalidade masculina (Showalter, 2014). Yonissa Wadi (2006, p. 67) demonstra que, no caso do São Pedro, nos “quase 40 anos transcorridos entre a inauguração do hospício em 1884 e os primeiros anos da década de 1920, o percentual de internos homens e mulheres manteve certo equilíbrio”. Ainda assim, a autora argumenta que as mulheres tinham mais dificuldade de deixar o hospício, sendo o falecimento um destino comum, o que fez com que o número de internas aumentasse significativamente com o passar dos anos. Nesse sentido, Wadi concorda que “historicamente a loucura é considerada uma enfermidade feminina”, “inscrita no corpo feminino, sujeita aos fluxos e refluxos deste corpo, que são constantes, ininterruptos e permanentes, pelo menos até a menopausa” (2006, p. 68). Além disso, as condições sociais e culturais de opressão contra as mulheres, que ainda apresentam diferenças de incidência quanto a recortes de raça e de classe, favoreceriam a esse aumento no número de internas mulheres, já que a internação no hospício seria uma via possível para que a família prescindisse das indesejáveis.

Em todo caso, o que, sim, me interessa é refletir sobre as práticas de leitura femininas no século XIX, e a apropriação dessas práticas pelo pensamento masculino, buscando inferir quais vínculos podemos encontrar entre elas e as perspectivas da época sobre a “alienação mental”. Isso nos leva a pensar sobre os programas de boas e más leituras, tão presentes nas discussões da época e que igualmente estiveram presentes no Rio Grande do Sul. Em outras ocasiões já mencionei o contexto de fundação da Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul – criada por lei no ano de 1871, mas somente aberta ao público em janeiro de 1877 – como tendo sido marcado por debates a respeito de quais seriam as necessidades de leituras da instituição, mas também sobre as formas de controle da leitura que foram sendo implementadas com a inauguração da biblioteca, que passavam por restrições e permissões contidas no regulamento e pela mediação de leitura realizada por bibliotecários, sujeitos considerados capacitados para a tarefa (Silveira, 2024).¹³ É interessante observar que os dois

13 Também analisei esse processo em comunicação apresentada na XIV Reunião Anual e Encontro Acadêmico Internacional do Comitê Acadêmico História, Regiões e Fronteiras (CAHRF) da Associação de Universidades do Grupo Montevideo (AUGM), ocorrida no Centro Cultural da UFRGS, em Porto Alegre, no ano de 2024. A comunicação apresentada intitulava-se “Estabelecendo as regras para a leitura: os intelectuais mediadores da Biblioteca Pública Rio-grandense” e será publicada nos Anais do evento, ainda no prelo.

processos tenham ocorrido de forma concomitante: enquanto se organizava a fundação de uma biblioteca pública para a província, também se instituíam novos modos de lidar com a loucura. Como esses dois processos se entrelaçam?

As bibliotecas públicas já foram vistas como modos oficiais de controlar a leitura, não pela censura direta de certas obras, mas pela disponibilização dos livros considerados apropriados ou úteis (Chartier, Hébrard, 1995; Hébrard, 2009). Cabe mencionar que o próprio Hospício São Pedro, inaugurado em 1884 e onde Madame Marcus veio a falecer como interna em 1890, possuía uma biblioteca que era considerada tanto uma forma de distração, quanto uma possibilidade de cura para aquelas pessoas ali internadas (Wadi, 2002, p. 81). Assim mesmo, em 1876, J. L. Calmeil definia as causas da lipemania (melancolia), que era considerada, antes de mais nada, uma enfermidade tipicamente feminina, da seguinte maneira:

os desgostos devido à miséria, às privações, às contrariedades amorosas, ao ciúme, à perda de um ou mais filhos. Menos frequentes são outras causas, como os exageros em alguma devoção, os escrúpulos da consciência, as feridas ao amor-próprio, a má conduta, os sustos, os temores da morte, da desonra e das doenças. Há ainda os hábitos da ociosidade e a leitura de romances (Calmeil Apud Wadi, 2006, p. 72-73).

Como já foi dito, os livros podiam ser vistos como um remédio – mas nem todos, apenas certos livros. Os romances-folhetins não estavam, certamente, entre aqueles considerados úteis. Stefano Calabrese argumentou que as técnicas empregadas na escrita de ficção e aquilo que elas promovem no horizonte de leitores e leitoras favoreceriam a uma “mania de leitura” “e a gênese de modelos de identificação empática do leitor de romances com os mundos ficcionais”. Segundo ele,

“Imóvel” diante do texto, indeciso entre continuar a ser ele mesmo ou a adquirir um rosto novo, crível, esse leitor começa a agir de acordo com papéis predeterminados e a desfrutar do aprendizado do jogo narrativo, com a possibilidade de interromper, reativar, concluir definitivamente uma forma de comunicação, na qual ele se torna objeto de si mesmo (Calabrese 2009, p. 702).

Também Judith Lyon-Caen interrogou-se sobre o papel da literatura não como agente que possibilitaria práticas patológicas, mas como “mestra” que auxiliava os indivíduos sobre suas próprias emoções:

Será que essas práticas [a escrita de diários pessoais, ou de correspondências, textos nos quais eram fixadas as emoções do sujeito] traduzem a expansão de

um novo sentido de si, de uma emotividade interior inédita, ou somente a formalização, a padronização e, até mesmo, o controle das emoções íntimas em usos compartilhados? Qual teria sido o papel desempenhado, então, pela literatura como mestra das almas? Teria ela exaltado as paixões e o devaneio em detrimento da razão ou, de preferência, teria permitido canalizar as emoções e, inclusive, esboçar com as cores do Romantismo os comportamentos mais conformes com as normas sociais? (Lyon-Caen, 2020, p. 249).

Assim, podemos imaginar Madame Marcus em sua livraria na cidade de Porto Alegre, “alheia ao mundo ambiente e entregue à leitura obsedante de seus romances prediletos” (Porto Alegre, 1921, p. 93). Obviamente, a perspectiva oferecida por Achylles não é isenta, como já observei; contudo, representa uma forma possível pela qual as práticas de leitura de Madame Marcus, em algum grau, compartilhadas, podiam ser interpretadas por alguém de seu tempo. A leitura de romances, tal qual é descrita por Porto Alegre no texto que aqui tomamos para análise, coloca o leitor (ou, nesse caso, a leitora), “como incauto inseto ao fio letal da pérfida aranha” (Porto Alegre, 1921, p. 93). Ora, a pérfida aranha são esses romances tão imaginativos e tão populares, que talvez tivessem a capacidade de promover certo tipo de identificação empática entre seus leitores. A aranha já havia enlaçado leitores contaminados pela “doença de Werther”, após a publicação do romance de Goethe *Os sofrimentos do jovem Werther*, levando as autoridades preocupadas com as “fantasias” promovidas pelo escritor alemão, e com as suas consequências entre os leitores, a emitir alertas contra essas “leituras nocivas”, capazes de anular a “polaridade semiótica destinador-destinatário” (Calabrese, 2009, p. 708). Calabrese (p. 712-713) também descreve o receio de que a literatura pudesse favorecer a imitação de práticas criminosas ou imorais, indicando, assim, a busca por parte dos leitores, em textos ficcionais, de modelos de comportamento. Isso poderia levar, às vezes, aos “casos patológicos de ‘ilusão romanesca’, com os leitores que incorporam, literalmente, as características das personagens”. Para Calabrese (2009, p. 716), tais casos são a expressão exacerbada de um processo de “perda de experiência”, entre os séculos XVIII e XIX, que possibilitou o próprio surgimento do romance, e que reintegrava aos leitores a “manutenção simbólica do sistema social”:

“tudo isso indica o estreito parentesco, na época romântica, entre gênese do romance, perda da experiência histórica e desejo comprometido em reduzir as complexidades que são ativadas graças à configuração de uma nova personagem e à solidão na qual o leitor da modernidade se acha imerso” (Calabrese, 2009, p. 717).

A reflexão de David Le Breton busca compreender sujeitos que, na contemporaneidade, tentam encontrar formas de evadir-se de si mesmos, já que nossa

sociedade conduziria para um cansaço que vem da sobrecarga colocada pelo mundo sobre os indivíduos – o indivíduo precisa sustentar suas escolhas, seguir construindo sua vida criativamente, e nem todo mundo consegue ou deseja fazer e refazer esse investimento. Seria às vezes preferível deixar de ser quem se é. Uma vez começado o projeto de ser quem se é, só se sai por meio do que o autor chama de “branco”: um “estado de ausência de si mais ou menos pronunciada” que o sujeito configura “pelo caráter penoso de ser si mesmo” (Le Breton, 2018, p. 14). Apesar de o autor centrar suas reflexões na sociedade contemporânea, e nas modalidades de desaparecimento de si possibilitados por essa mesma sociedade, não seria possível cogitar outras modalidades de desaparecimento, compatíveis com outras épocas?¹⁴ Eu penso que as reflexões de Calabrese sobre a perda da experiência histórica e a solidão do leitor na modernidade nos sugerem que o desaparecimento poderia ser aspirado em séculos passados, até mesmo por mulheres. Como se rejeita as formas disponíveis e estabelecidas por sociedades tradicionais? Não seria o romance esse espaço possível às mulheres para acessar a fantasia, viver outras experiências, imaginar outros mundos?

Madame Marcus trazia a reputação de ser uma leitora voraz, mas também aquela que oscilava entre o alcoolismo e a loucura. Não temos como saber, hoje em dia, o que ela fazia quando estava lendo, como entendia sua prática e como isso se encaixava na sua vida, mas sua reputação era de alguém que se entregava a essa atividade até ter sua própria identidade assimilada às leituras que fazia. Não temos como saber o que fazia quando lia, porque ela própria não nos deixou escritos, e porque a leitura de mulheres no século XIX sofria tantas prescrições, que o que quer que ela fizesse de forma autônoma, era imediatamente incorporado pela cultura, que dava seu veredito. Como se dava a resistência às muitas prescrições, quando sabemos que os indivíduos são suscetíveis à influência do que dizem deles e do que eles estão fazendo?

Marcus imigrou ainda muito jovem – abandonou uma vida, começou outra. Ainda que essa decisão possa ter tido muitas motivações possíveis, também traz a possibilidade de inventar outra vida para si – invenção mais ou menos consciente, como quando Achylles nos conta que ela costumava relatar que o marido teria falecido em um naufrágio, do qual ela teria sido resgatada com vida. De certa forma, se o que nos contou o cronista é verdade, Marcus deixou de prestar contas sobre sua família: o marido morreu e nem mesmo sua verdadeira história ela nos permitiu conhecer. Não sabemos se teve contato com seus pais, se quando deixou a Europa eles ainda viviam, se manteve relações com familiares distantes. Segundo nos informam os jornais da época, teve relações tensas com a própria filha. Em quais tramas Madame Marcus se inscrevia? De quantas buscou sair com os recursos que teve à sua disposição? Ela buscou alguma coisa, ativamente, como fruto de uma escolha consciente quando se afastou de tantos vínculos? Não temos como responder a nenhuma dessas

¹⁴ Na verdade, o próprio Le Breton (2018, p. 170-173), exercita a reflexão sobre o que denomina “desaparecer outrora”, concentrando-se em algumas práticas eminentemente masculinas registradas entre os séculos XVIII e XIX.

questões, mas quando se casou pela segunda vez, Leopoldina Marcus elegeu um cidadão belga. A cidadania do novo marido aponta para uma vontade de estar em suas origens.

David Le Breton repassa uma série de condutas mais ou menos escolhidas por sujeitos que não suportam mais sustentar a própria identidade, seus vínculos sociais, as tramas e exigências da cultura na qual estão inseridos. Tais condutas, marcadas pelo estado de branco, que não implica na desistência total da morte, mas em formas mais indeterminadas de desistência de si, incluem, por exemplo, o *burnout*, a errância, a depressão, o engajamento em jogos eletrônicos. É impossível dizer com certeza se Madame Marcus optou pela leitura como forma de branco, mas o livro de Le Breton nos possibilita pensar sobre a vida que levou a partir de outros parâmetros: a imigração, as histórias inventadas, a leitura compulsiva, o alcoolismo, a rejeição à filha e, finalmente, a loucura. Não temos formas de comprovar os sentidos de suas escolhas ou do que conseguiu fazer com o que a vida lhe deu. Mas podemos refletir sobre o quanto a leitura podia possibilitar às mulheres de sua época: se não fosse tão subversiva, não seria tão controlada.

Não sabemos se os rastros deixados por essa mulher nascida e falecida no século XIX implicavam em uma firme defesa de si mesma ou em uma evasão sistemática da própria identidade – ou da identidade que forçosamente a cultura lhe impunha. Le Breton traz a leitura como um “refúgio”, mas visto como mais brando do que as práticas que ele estuda: “A escrita, a leitura, de maneira geral a criação, a caminhada, a viagem, a meditação etc. são outros refúgios de contornos menos cáusticos dos que os percorridos a passos largos nesse livro” (Le Breton, 2018, p. 209). Mas a leitura naquele contexto, como vimos, levava a verdadeiras patologias, ao mesmo tempo que era uma prática que abria outras possibilidades aos sujeitos. Poderia ser também um meio de desaparecer?

Não sabemos o que Marcus visava com a leitura, mas sabemos que manteve uma condição quase sempre estrangeira ao longo de sua existência. Ela podia ter deixado seu país e sua família, mas ainda era uma mulher, sujeita a tudo quanto as mulheres estavam sujeitas, tinha sua condição vigiada. Suas escolhas eram logo confinadas em diagnósticos ou censuras.

O registro do segundo casamento informa ser ela viúva de Jacques Marcus – traço do seu passado e de sua identidade que ela não permitiu ou não foi capaz de ocultar. O novo casamento, que parece reforçar sua origem belga, nos faz pensar em uma nacionalidade nunca perdida – ou que nunca desejou perder, ou da qual nunca pensou que fosse tão difícil se distanciar. Evadir-se de si pela leitura ou tentativa de se encontrar, de recuperar aqueles mundos perdidos em outro continente? E se ela desejasse retornar à Europa, será que ela poderia? Os registros mostram que ela retornou mais de uma vez, mas nunca ficou.

Natalie Zemon Davis (1987) nos contou a história de Martin Guerre, que abandonou a família na França do século XVI, e que foi “substituído” por outro homem, de pés maiores do que os dele, pela própria esposa. Ela aceitou o impostor como se fosse seu marido, e Davis provoca o leitor da atualidade: não teria sido um gesto de escolha dessa mulher? Desaparecimentos, reformulações de quem somos, reconduções de jornada. Acredito que o que desejo recuperar, aqui, é essa possibilidade de pensarmos as escolhas dos sujeitos do

passado, mesmo quando elas foram firmemente sequestradas pelas imposições da cultura, ganhando outras nomenclaturas.

O século XIX compreendeu, muitas vezes, os efeitos possíveis do romance sobre os leitores como impróprios, fosse pela possibilidade da imitação de atos imorais ou criminosos narrados, fosse pelo estímulo à fantasia, que poderia levar algumas pessoas – sobretudo aquelas consideradas mais inexperientes ou suscetíveis aos devaneios – à progressiva perda da razão. Mesmo nos romances-folhetim o tema da loucura e, mais especificamente, da “louca” foi bastante recorrente (Meyer, 1996, p. 249). Parece ter sido esse o caso da avaliação proposta por Achylles Porto Alegre para a relação ativa entre a Madame Marcus leitora e a Madame Marcus alienada. Mas se não quisermos confiná-la eternamente às formas oitocentistas de compreensão da razão e da loucura, ou da propensão feminina a certos devaneios, como poderíamos dar inteligibilidade às suas práticas de leitura?

Para Lyon-Caen, seria necessário olhar para os romance-folhetim fugindo das “vias indicadas pela crítica literária da época, que estigmatiza ‘a industrialização’ da literatura, nem se deixar orientar pela redução, aliás politicamente programada, do folhetim ao divertimento no Segundo Império” e sugere buscar compreender os leitores e leitoras, apesar dos escassos registros que deixaram, mas questionando “o que o romance permite aos indivíduos dizer de si mesmos” (2016, p. 12). Segundo a autora, os leitores que escreveram a Balzac e a Sue eram capazes de ler a “verdade *social* de seus romances”: o romance daria palavras para a compreensão do seu mundo.

IV.

A segunda metade do século XIX se apresenta como um contexto em que muitas práticas de vigilância e controle são empreendidas. Se a loucura era apropriada pelos médicos, que passariam a lhe dar nova compreensão (Wadi, 2002), a leitura também começava a ser uma prática progressivamente controlada na cidade de Porto Alegre a partir da instalação da Biblioteca Pública. A imaginação e a fantasia proporcionadas pela leitura poderiam conduzir aos destemperos da loucura: assim, a leitura deveria ser útil, enquanto a loucura devia ser isolada e medicalizada.

E os espaços do inútil? Minha hipótese é que, a despeito dos esforços por disciplinar a prática da leitura, tornando, mesmo a apreciação da beleza, um exercício destinado aos mais abastados, a leitura não se sujeitava de todo ao controle. Já concordamos há algumas décadas que a leitura é um empreendimento “tático” (Certeau, 2014, p. 47-49), que atua nas brechas e que conecta o texto e as ideias do autor com a imaginação, a apropriação criativa e a subjetividade do(a) leitor(a), e já compreendemos, por meio de incontáveis estudos clássicos, como os leitores e as leitoras de fato recriam o texto a partir de suas leituras particulares.

Marlyse Meyer sugeriu, no seu clássico *Folhetim, uma história*, a “virtualidade de um outro modo de leitura, de outra forma de prazer” advindo da leitura e das diversas práticas

possibilitadas pelo formato do folhetim – a leitura do fragmento, quando lido no jornal; a leitura dos fascículos acumulados, todos de uma vez só – que poderíamos entender como uma dessas liberdades a que se dão leitores e leitoras: “a liberdade [...] de varar a noite, absorvendo tudo de um trago só” ou “a liberdade de se construir um prazer picado por escolha: a volúpia-tortura que cada um pode se infligir quando resolve, porque assim o deseja, interromper a leitura e divagar” (1996, p. 316). Acredito que os fragmentos de vida da livreira Leopoldina Marcus que busquei recuperar nesse artigo também podem nos contar, para além de uma história do exercício de controles sobre a leitura e sobre as mulheres, uma história de liberdade.

Referências

Documentos Manuscritos

ACTE de mariage. Préfecture du département de la Seine, République Française. F.2975 – Adj. 8e. arrondissement de Paris – Année 1852. Disponível em: <https://archives.paris.fr/s/39/etat-civil-reconstitue-actes/resultats/>? Acesso em: 28 jan. 2025.

ANNUNCIOS. *A Reforma*. Porto Alegre, 2 jan. 1870.

APERS (Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul), Comarca de Porto Alegre, 1ª Vara Cível, Ação Judicial de Despejo, processo 2668, Autor: D. Ana de Miranda Pinto, ré: Madame Leopoldina Marcus, 1878.

APERS, Comarca de Porto Alegre, 1ª Vara Cível, Ação Judicial de Despejo, processo 2135, Autor: Affonso Hebert, ré: Maria Marcus, 1882.

APERS, Comarca de Porto Alegre, 1ª Vara Cível, Ação Judicial de Despejo, processo 3916, Autor: João Caetano Ferraz e sua filha D. Henriqueta Paulina da Silva Ferraz, ré: Leopoldina Marcus, 1886.

ARQUIVO Histórico da Santa Casa de Misericórdia, Matrícula Geral dos Enfermos no. 4 (01/01/1873 a 31/08/1880), p. 1.

FILBY, P. William; LOWER, Dorothy M. *Passenger and immigration lists index: a guide to published arrival records of more than 1.775.000 passengers who came to the New World*

CHARTIER, Anne-Marie; HÉBRARD, Jean. *Discursos sobre a leitura*. São Paulo: Ática, 1995. [1989].

DARNTON, Robert. Os leitores respondem a Rousseau: a fabricação da sensibilidade romântica. In: *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986. [1984].

DAVIS, Natalie Zemon. *O retorno de Martin Guerre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GRÜTZMANN, Imgart. Imigração alemã, história dos livros e da leitura e comércio livreiro: a atuação de Heinrich Rosenhaim em Porto Alegre (1864-1870). In: POSSAMAI, Paulo César; *et al* (Org.). *Imigração e cultura: Anais do 7º. Seminário de História do Rio Grande do Sul*. Pelotas; São Leopoldo, RS: Núcleo de Pesquisa em História Regional/UFPEL; Oikos, 2015.

HÉBRARD, Jean. *As bibliotecas escolares: entre leitura pública e leitura escolar na França do II Império e da III República*. Campinas: Mercado das Letras, 2009. [1991].

LYON-CAEN, Judith. História literária e história da leitura. *História e Cultura*, Franca, v. 5, n. 2, p. 8-19, set. 2016.

LYON-CAEN, Judith. O “eu” e o barômetro da alma. In: CORBAIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (Org.). *História das emoções: das luzes até o final do século XIX*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.

MENDES, Maria Lúcia Dias. Romances-folhetins sem fronteiras: o caso de Alexandre Dumas. In: ABREU, Márcia (Org.). *Romances em movimento: a circulação dos impressos (1789-1914)*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2016.

MEYER, Marlyse. *Folhetim, uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MOLLIER, Jean-Yves. O folhetim na imprensa e a livraria francesa no século XIX. In: *A leitura e seu público no mundo contemporâneo: ensaios sobre história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. [2001].

PETIT, Michèle. *Somos animais poéticos: a arte, os livros e a beleza em tempos de crise*. São Paulo: Ed. 34, 2024.

SHOWALTER, Elaine. *The female malady: women, madness and English Culture, 1830-1980*. London: Virago, 2014. [1987].

TORRESINI, Elizabeth Rochadel. Breve história da circulação de livros, das livrarias e editoras no Rio Grande do Sul (séculos XIX e XX). In: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia (Org.). *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Ed. Unesp, 2010.

WADI, Yonissa Marmitt. *Palácio para guardar doidos: uma história das lutas pela construção do hospital de alienados e da psiquiatria no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

WADI, Yonissa Marmitt. Experiências de vida, experiências de loucura: algumas histórias sobre mulheres internas no Hospício São Pedro (Porto Alegre, RS, 1884-1923). *História Unisinos*, v. 10, n. 1, p. 65-79, jan-abr. 2006.

WEIMER, R. de A. Habitação popular em Porto Alegre na virada do século XIX para o XX: uma abordagem a partir das ações judiciais de despejo. *Anos 90*, v. 29, p. 1-19, 2022. DOI: <https://doi.org/10.22456/1983-201X.106504>.